

TERRITORIALIDADES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO COTIDIANO DA PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE DO PORTO DE JATOBÁ, ABREU E LIMA (PE)

RESUMO

O presente estudo é fruto de atividades extensionistas desenvolvidas no período de graduação em geografia e como educador social do Programa Conexões de Saberes (UFPE), no território da pesca artesanal da comunidade de Porto Jatobá (PE), no período de 2007 a 2011. Tal ação teve como ponto de partida compreender as territorialidades e buscar alternativas no âmbito dos conflitos socioambientais da comunidade em tela. Do ponto de vista metodológico o trabalho desenvolvido recorreu à pesquisa ação, tendo como procedimentos levantamento bibliográfico e icnográfico da Comunidade. A intervenção desenvolvida teve por lastro a ideia de conscientização e reflexão das ações desenvolvidas. Como saldo, o projeto possibilitou aos atores envolvidos uma nova percepção da sua condição de sujeito alterando a sua relação com o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca Artesanal; Conflitos Socioambientais; Territorialidades.

TERRITORIALITY AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN EVERYDAY FISHING COMMUNITY OF PORT OF JATOBA, ABREU E LIMA (BRAZIL)

ABSTRACT

The present study is the result of extension activities undertaken in the period as a graduate in geography and social educator Connections Program of Knowledge (UFPE), within the fishing community of Port Jatoba (Brazil) in the period 2007 to 2011. Such action was a starting point to understand the territorialities and seek alternatives in the context of environmental conflicts in the community screen. From the methodological point of view the work turned to action research, with the procedures and bibliographic ichnographic Community. The intervention was developed by backing the idea of awareness and reflection of the actions developed. As a balance, the project enabled the actors involved a new perception of their status as subjects changing their relationship with the environment.

KEYWORDS: Artisanal Fisheries; Social and Environmental Conflicts; Territories.

Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, Nov, Dez 2011, Jan, Fev, Mar, Abr, 2012.

Anais do 1º Seminário Nacional de Geoecologia e Planejamento Territorial e do 4º Seminário do GEOPLAN

ISSN 1983-8344

SEÇÃO: *Artigos*



DOI: 10.6008/ESS1983-8344.2012.001.0009

Edilson Carneiro da Silva

Universidade Federal de Sergipe, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3237322991515381>
carneiro4462@yahoo.com.br

Recebido: 11/04/2012

Aprovado: 30/04/2012

Avaliado anonimamente em processo de pares cegas.

Referenciar assim:

SILVA, E. C.. Territorialidades e conflitos socioambientais no cotidiano da pesca artesanal na comunidade do Porto de Jatobá, Abreu e Lima (PE). Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, p.85-93, 2012.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal ou haliêutica (atividade pesqueira) vem enfrentando diversos desafios, relacionados a ecossistemas vulneráveis impactados pelas atividades industriais intensivas, pela especulação imobiliária, pesca predatória e um modelo de uso e ocupação do espaço de forma desordenada, todas essas atividades têm durante décadas exaurindo os recursos pesqueiros e conseqüentemente extinguindo a pesca artesanal e gerando diversos conflitos socioambientais.

É no estuário de manguezal em que a maioria das atividades pesqueiras se desenvolve, uma vez que diversas espécies aquáticas vão a esse ambiente para desovar ou se alimentarem. Partindo desse conhecimento os pescadores utilizam esses espaços para praticarem a pesca artesanal, que de acordo com Diegues (1999, p.361).

[...] é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses ao Brasil, e peixes, crustáceos e moluscos eram parte importante de sua dieta alimentar. Os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral atestam a importância da atividade da pesca e coleta.

Além desta ordem de acontecimento outros fatores vêm recebendo uma atenção especial por parte de pesquisadores sociais (sociólogos, geógrafos antropólogos entre outros), com destaque nesse trabalho aos conflitos sócio ambientais e as territorialidades dos pescadores e pescadoras artesanais da comunidade do Porto de Jatobá (PE).

Esse trabalho é um apanhado de vários acontecimentos ocorrido no território do cotidiano dos pescadores e pescadoras durante os anos de 2007 a 2011, onde se procurou compreender as territorialidades ocorridas na comunidade de Porto de Jatobá e no seu entorno, fez-se uma reflexão com os atores locais e de seus comportamentos com o meio ambiente, procurou-se entender as conseqüências de suas ações sobre o estuário do rio Timbó, elaborou-se e se executou ações conjuntas com os atores sociais envolvidos nas atividades.

METODOLOGIA

O procedimento utilizado na realização desse trabalho foi pesquisa-ação participante, que objetivou a execução de ações integradas necessárias para alcançar os resultados desejáveis na relação dialógica entre os saberes populares e acadêmicos. Que Segundo Thiollent “a proposta da pesquisa-ação consiste em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem” (THIOLLENT, 2009, p.10). Salientamos que a participação dos atores comunitários deu-se com o mapeamento das áreas afetadas pela poluição, pela filmagem, na participação e construção do quadro problematizando os conflitos socioambientais na comunidade, participação e discussões das audiências públicas, gestão de projetos implantados dentre outros relacionados no quadro 01 no decorrer desse trabalho. Como forma de preservar os nomes dos atores locais participantes não se colocou seus nomes, mesmo tendo autorização.

Para melhor desempenho da pesquisa as atividades foram desenvolvidas em quatro etapas que estão definidas da seguinte forma: na 1ª Etapa foram realizados Levantamento Bibliográfico / Documental em órgãos públicos e privados, teses, dissertações, livros, monografias, mapas e relatórios; 2ª Etapa - Reflexão e discussão do aporte teórico obtido na fase anterior, a partir do qual se elaborou oficinas com a comunidade para a construção de um quadro identificando os problemas socioambientais vivenciados pela comunidade, as causas dos conflitos, a participação da comunidade e os resultados obtidos pela mobilização coletiva.

Na 3ª etapa foram realizadas visitas e entrevistas com os técnicos do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto de Pesquisa Agrônômica, Secretaria de Meio Ambiente do Município e pescadores e pescadoras de Jatobá – Abreu e Lima, observando que as visitas aos órgãos públicos foram realizadas pelos pesquisadores e representantes da comunidade. Na 4ª etapa elaborou-se artigos científicos publicados em eventos Internacionais, Nacionais e Local, fez-se uma filmagem registrado a poluição do rio Timbó e os impactos ambientais no estuário, realizou-se uma filmagem sobre os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores, na comunidade, por fim uma reflexão crítica com os moradores sobre as problemáticas socioambiental na comunidade e sobre suas ações no estuário.

Quadro 01: Dados Obtidos Na Pesquisa-Ação Participante.

PRINCIPAIS ATORES QUE DEGRADAM O ESTUÁRIO DO RIO	Indústrias, Companhia de Saneamento Básico, moradores ribeirinhos, a população em geral.
ESPÉCIES AFETADAS PELA POLUIÇÃO INDUSTRIAL E PELO DESMATAMENTO	Amoré, sururu, aratu, unha de velho, siri, marisco, Merepe, Ostra, Sauna Camarão, Caranguejo, Tainha Manjuba, Robalo, Curimã, Carapeba, Manjuba, Camarão, Tainha, Unha de Velho dentro outras espécies. Vegetação de mangue, as aves e animais em geral.
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS NÃO POSITIVOS	A morte de todas as espécies durante o período da poluição; falta de pescado, conseqüentemente falta de renda para os pescadores e para as pessoas que vivem indiretamente da pesca. Falta de pescado na feira local e anomalia “caroços” em algumas espécies de peixes, vastas áreas desmatadas para a construção de viveiros para a cacinicultura. Doenças de pele (coceiras nas partes íntimas das mulheres e dos homens).
AÇÕES TOMADAS PELA COMUNIDADE AFETADA	Denúncias ao ministério público do Município de Abreu e Lima e do Município de Igarassu, denúncia a secretária de Meio ambiente do Município de Abreu e Lima e a Companhia de recursos hídricos do Estado de Pernambuco - CPRH, Registros fotográficos e filmagens, denúncia a imprensa Local e Nacional – Notícias como: CPRH monitora poluição na Bacia do Rio Timbó. Jornal do Comércio, 12/07/2007; Pescadores: Compesa polui rios. Folha de Pernambuco, 18/07/2008.
RESULTADOS	TAC-Termo de ajustamento e Conduta e multa a empresa poluidora, pelo Órgão fiscalizado – CPRH, multas pelo desmatamento das áreas de salgados, às pessoas responsáveis, fiscalização diária no estuário pelos próprios pescadores e maior participação comunitária, Diagnóstico socioeconômico realizado pelo Instituto Oceanário – UFRPE e doações de cestas básicas pela Prefeitura de Abreu e Lima para 115 famílias durante o período de poluição. Implantação de uma fabrica de gelo, de um tele centro, de três pais (espécie de mandala) entre outras conquistas.

Caracterizações da Comunidade do Porto de Jatobá (PE)

A comunidade do Porto de Jatobá estar localizada no Município de Abreu e Lima, Região Metropolitana Norte do Recife (RMNR), Estado de Pernambuco, tem como principal bacia hidrográfica o rio Timbó que forma o Estuário do rio Timbó, a comunidade estar inserida na zona

rural do Município. Os apetrechos mais utilizados pelos pescadores e pescadoras na haliêutica do territorial da pesca do rio Timbó, de acordo com o Diagnóstico Socioeconômico da Pesca em Pernambuco – DSEPE são:

O tipo de embarcação mais presente é a baiteira 24,6%, 20,4% canoa, 0,6% botes motorizados, 8% jangada e 8,6 possuem outros barcos, utilizados por 62,2% das pessoas com atividades gerais relacionadas diretamente à pesca. Na questão referente aos aparelhos utilizados para tal atividade, representando 62,9% do total, a coleta manual encontra-se entre as mais citadas, acompanhadas das redes de arrasto (14,1%) e as redes de emalhar/espera/caçoeira/malhadeira (11,8%). (DIAGNÓSTICO SOCIOECONOMICO, INSTITUTO OCEANÁRIO DE PERNAMBUCO, 2009).

A diversidade de materiais usados na prática pesqueira e da catação inclui muitas soluções bastante criativas, formas mais comum de exploração dos recursos pesqueiros.

Em Porto de Jatobá de acordo com o DSEPE, em relação à atividade econômica das 313 entrevistas realizadas, levaram-se em consideração como comunidade de Porto de Jatobá outras comunidades de Pescadores que foram: Cuieiras e Sítio de Inhamã pelo fato de estarem próximas uma das outras, de exercerem as mesmas práticas, utilizarem o mesmo local trabalho e serem associadas a mesma Colônia de Pescadores Z-33 (Colônia de Pescadores Manuel Pescador). Na figura 01, observa-se a localização do rio Timbó e das comunidades citadas em tela.



Figura 01: localização das comunidades e do rio. **Fonte:** Instituto Oceanário da UFRPE.

Nessa imagem são destacadas apenas três comunidades de pescadores, mas isso não significa dizer que só essas atuam com a atividade pesqueira, existem outras comunidades não demonstrada na imagem, nem citadas nesse trabalho, uma vez que não são consideradas como comunidade do Porto de Jatobá.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conflitos Socioambientais em Jatobá, Abreu e Lima (PE)

A comunidade de Porto de Jatobá sofre com graves problemas ambientais causados pelos despejos inadequado dos resíduos industriais no estuário do Rio Timbó. Segundo relato de alguns pescadores, “esses dejetos quando em grande quantidade deixam o rio ‘morto’, tirando do

pescador sua única fonte de renda que é a pesca”. Outro problema enfrentado depois da poluição é o desmatamento de áreas de salgados para a construção de carciniculturas, que de acordo com moradores locais esses tanques foram construindo por um forasteiro (pessoa de fora), logo após vem a falta de saneamento sanitário e lixos jogados em suas margens (direita e esquerda). De acordo com o DSEPE, Para os pescadores, vários fatores têm prejudicado a atividade pesqueira como a poluição da água (91,1%), indústria (44,7%), falta de saneamento básico (24,6%), diminuição dos recursos naturais (15,3%) e o lixo (14,7%). As duas figuras abaixo 2 e 3, mostram alguns problemas identificados nas margens do rio e em seus afluentes). A primeira mostra uma área desmatada e a segunda um cano estourado derramando esgoto no Município vizinho de Abreu e Lima, Paulista:



Figura 02: desmatamento de área de salgado. **Fonte:** CPRH, 2007.

Na figura 02, a construção de viveiro, já com comporta construída e fechada, ocupando uma área de aproximadamente dois hectares e com registro anterior mostrando a existência de manguezal, hoje suprimido, de acordo a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, o relatório de vistorias realizadas no dia 12 de setembro de 2007, acompanhados de uma guarnição da CIPOMA e o Grupo formado pelo Governo do Estado de Pernambuco para atendimento aos pescadores. Durante as vistorias foi observado o seguinte: a continuidade da construção de viveiros estuarinos que foram registrados em vistorias dos dias: 28 de abril de 2006 e em 14 de março de 2007.

Outra área não demonstrada nesse trabalho, assim como a área da figura 02, com o fechamento de talude recente e com área de três hectares; área de salgado em quase todo o viveiro, mais um viveiro estuarino de pequena dimensão (80 x 40m), construído ao lado do viveiro maior, de outro proprietário, esse viveiro menor já existia e pertence a um pescador local.

De acordo com relatos de um dos moradores “não queremos dizer que o pescador é ‘santo’ (ou seja, que ele é bom e não prejudica o meio ambiente), pois também temos nossos viveiros, mas não desse tamanho”, (Pescador 3, 2008), mesmo sabendo que a área é proibida por lei e mesmo sendo multado, um dos pescadores passou a ser proprietário de outro viveiro que

tinha sido construído pelo forasteiro. Dentro desse contexto Ramalho (Jornal do Comercio, 19/03/2004) Atualmente, oriunda da Revolução Azul, as fazendas de camarão (carcinicultura) transformaram-se na nova vedete do velho discurso 'modernizador'. Partindo dessa observação, entende-se que os atores locais têm o conhecimento sobre os danos dessas atividades ao meio ambiente, no entanto, alguns pescadores não refletem suas territorialidades no cotidiano. Na fala de um dos proprietários, “os peixes no estuário diminuíram e precisamos sustentar nossas famílias, como manter a família se não há peixes no rio e não sabemos fazer outra coisa”.

Na figura 03, observa-se um cano de esgoto estourado que derramava seus efluentes para um rio afluente do rio timbó, do qual os pescadores chamam de rio Maranguape no Município de Paulista, de acordo com o relato do pescador “a poluição estava matando vários peixes e também as ostras que se localizavam mais próxima a poluição”, (PESCADOR 3, 2008).



Figura 03: cano de esgoto estourado. **Fonte:** Acervo do autor.

No entanto entre todos os problemas que o estuário do rio Timbó enfrenta, constatou-se que, quem mais prejudicou a comunidade e provocou a mortandade de diversas espécies foram às poluições industriais, de acordo com vários moradores de outros municípios vizinhos, nos períodos que houve poluições, toneladas de peixes morreram. Segundo um representante industrial “nós não jogamos efluentes no rio, despejamos em um riacho”, ou por falta de informação ou mal intencionada ou mal fiscalizada as indústrias despejavam seus efluentes no período de chuvas para que os moradores ribeirinhos não percebam que o rio foi poluído.

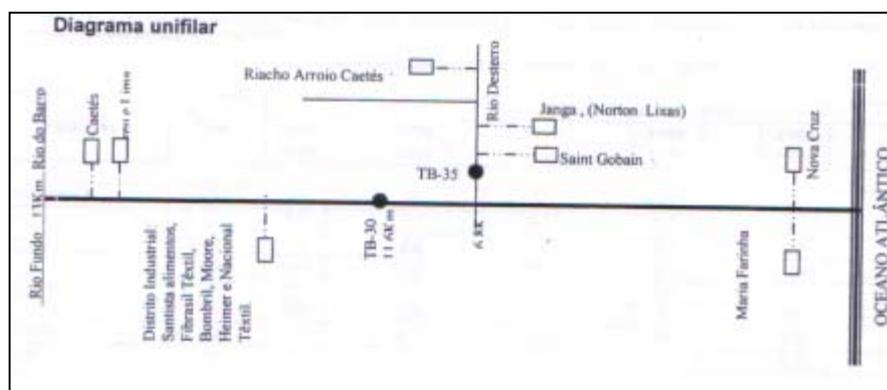


Figura 04: Diagrama Unifilar desenvolvido pela CPRH.

No Diagrama Unifilar (esquema hierárquico de um quadro do projeto), construído pela CPRH, as principais empresas que podem poluir o estuário e a conexão dos afluentes com o rio Timbó (Figura 04).

A maioria das industriais destacadas na imagem utiliza alguns riachos que são afluentes do rio Timbó como depósitos de efluentes industriais e esgotos. No entanto, entende-se que grande parte dos moradores locais demonstra preocupação com o meio ambiente, quando esse ambiente é afetado por atores externos, porém poucos pescadores locais refletem sobre suas práticas no cotidiano. Desta forma a territorialidade se impõe no território da pesca a partir do seu pertencimento ao local.

Segundo os pescadores o período de inverno é o mais preocupante, porque as industriais passar o verão acumulando efluentes para despejar nos riachos em período de chuvas. Quando há poluição no estuário, diversas consequências são detectadas nas espécies aquáticas e nas populações locais, que utilizam esse ambiente como local de trabalho e como fonte de alimento. Conforme relato da catadora de marisco, ela disse ter criado 8 filhos com a catação de marisco, que antes ela pegava de 4 a 5 quilos de marisco por dia, passando de 5 a 6 horas na maré, hoje em dia mal pega dois quilos passando de 6 a 8 horas/dia dentro da maré, ou seja, aumento o tempo de serviço e diminuiu a quantidade pescada, de acordo com ela “hoje pesco só para sobreviver, às vezes compro marisco de outras região para ganhar um trocado”.

Territorialidades da Pesca Artesanal em Jatobá (PE)

As práticas no cotidiano dos atores da pesca artesanal na comunidade em tela denunciam a apropriação efetiva e simbólica que os pescadores e pescadoras de Jatobá têm com seu território de pertencimento. Os limites territoriais de suas práticas são evidenciados pelo poder exercidos por eles numa porção precisa do espaço, seja esse espaço terrestre ou aquático. “Neste sentido ancestral, a territorialidade antecede e até mesmo prescinde da presença do Estado, sendo suportada pelas redes de identidades forjadas pelas relações gregárias constituintes de uma memória coletiva face ao manejo dos ecorecursos” (MELO & SOUZA, 2005).

Nas margens do rio Timbó em seu estuário presenciavam-se as caiçaras, que são utilizadas para guardar os petrechos de pesca, no entanto alguns pescadores fizeram-nas de suas casas delimitando um pequeno espaço de pertencimento, no entanto percebe-se que não se coloca empecilhos para que outros pescadores e pescadoras não possam circular no entorno dessas caiçaras, pelo contrário, é de livre acesso os caminhos de passagem. Há também uma oficina em que alguns pescadores especializados fazem e concertam as baiteiras (canoa) utilizadas para a pesca no estuário. A oficina é coberta, mas de livre acesso. Dentro do estuário evidenciou-se que várias atividades pesqueiras são exercidas ao mesmo tempo, por atores de comunidades distintas, no entanto um respeita o espaço de trabalho do outro.

Nas práticas do cotidiano o pescador de siri fica em algum local específico do rio com uma vara, um saco de triplas e um gereré nas mãos, os pescadores que realizam a pesca de arrasto ocupa outro espaço do rio, sem afetar o pescador de siri e os pescadores que armam a camboa (armadilha colocada em um grande trecho que cerca o estuário de uma margem a outra), mesmo assim, quando um grupo de pescador precisa passar de um lado do rio ao outro, a armadilha é baixada para dá acesso de passagem. Ainda nesse contexto Cabral (2006) analisou o seguinte:

O tempo gasto nas pescarias está associado ao horário da maré. Contudo, alguns preferem pescar à noite, por ser menos desgastante, e outros preferem pescar durante o dia. Porém, todos têm a ida à maré como uma atividade livre, ou seja, não dependem do patrão, nem do horário habitual para pegar ou largar do serviço. Para eles, é a maré quem dita as normas (CABRAL, 2006, p.19).

Os pescadores dizem que eles primeiros procuram saber o dia e horário da maré, se é seca ou cheia, depois verificam o melhor local para armar a camboa, posteriormente marcam o local com uma vara e um pedaço de plástico amarrado em sua extremidade e coloca dentro do estuário no lugar em que irão colocar a armadilha, se outros pescadores virem não colocarão nem exercerão atividades nesse local, irão esperar três dias, no entanto se durante esse tempo nenhum grupo estiver feito a armadilha, a área está livre para outro grupo.

A partir dessas observações e relatos das práticas cotidianas da haliêutica na comunidade do Porto de Jatobá percebeu-se que o território é o espaço da prática que manifesta a intenção de poder e segundo Haesbaert (2011) é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. Nessa perspectiva Albagli (2004, p.26) define que “o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões”.

Ainda nessa perspectiva para Raffestin (1993) diz que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. “Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.79). Isto é, práticas materiais e simbólicas construídas pelos pescadores ligam-se ao fazer territorial, esse fazer dar-se no local em que se projetou um trabalho, e que por consequência revela relações marcadas pelo poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações de campo e das entrevistas realizadas observou-se que a relação pessoal dos pescadores dá-se na maioria das vezes de forma harmoniosa e comunitária, onde há o respeito pelo espaço de trabalho e pelas atividades exercidas e ajuda mutua, assim como a maioria tem um compromisso socioambiental com o estuário. Com relação às industriais, na maioria das vezes o dialogo ocorre de forma conflitante devido aos danos socioambientais e econômicos provocados pela poluição.

Percebeu-se também que uso e a forma de poder são impostas ao espaço estuarino ora pela propriedade comunal dos pescadores, ora pela propriedade privada das industriais, ora pela propriedade pública (companhia de saneamento básico do Estado). Nesse caso compreende-se que a territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social.

Concluí-se que muitas vezes o discurso não condiz com as práticas cotidianas, sendo necessárias ações integradas entre os órgãos públicos, as empresas e comunidade para que se possa garantir o presente e o futuro dos ecossistemas estuarinos e dos pescadores artesanais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.. Território e territorialidade. In: BRAGA, C.. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004.

CABRAL, A. L.; et. al.. A pesca de subsistência no estuário do rio Timbó, Estado de Pernambuco, Brasil. **Bol. Téc. Cient. CEPENE**, v.14, n.1, p.111-140, 2006.

CPRH. **Diagnóstico socioeconômico do Estado de Pernambuco**: relatório de vistorias realizadas no dia 12 de setembro de 2007. Instituto Oceanário de Pernambuco. Recife: UFRPE, 2009.

DIEGUES, A. C.. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v.3, n.2, p.361-375, 1999.

HAESBAERT, R.. **Território e região na abordagem geográfica contemporânea**. Recife: UFPE, 2011.

FEENY; et. al.. A tragédia dos comuns: vinte dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; et al.. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

MELO & SOUZA, R.; et. Al.. Dinâmicas territoriais e sustentabilidade ambiental em Sergipe. **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**,10. **Anais**. São Paulo: USP, 2005.

MESQUITA, Z.. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z.; et al.. **Território do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: EdUNISC, 1995.

RAMALHO, C.. **Civilização do mangue**. Disponível: <http://www.jornaldaciencia.org.br>. Acesso: 13 Jan 2012.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

SOUZA, M. J.. O território: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; et. al.. **Geografia**: conceitos e temas. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SACK, D. R.. **O significado de territorialidade**. 1986.

THIOLLENT, M.. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.